

Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática

*notas avulsas para a aula de práticas autogestivas

Gregorio F. Baremlitt

5ª.ed.

Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002 (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

Baremlitt, Gregorio F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

Copyright 1992 by Gregorio Baremlitt 1ª edição: Editora Record, 1992

Vamos tratar do chamado Movimento Institucionalista ou Instituinte que, como o nome aproximadamente indica, é um conjunto de escolas, um leque de tendências. Não existe nenhuma escola ou tendência que possa dizer que encarna plenamente o ideário do Movimento Instituinte. Contudo, pode-se encontrar em diversas dessas escolas algumas características em comum. E é a essas características em comum que eu gostaria de referir-me agora, da maneira mais simples e mais didática possível.

As diferentes escolas do Movimento Instituinte se propõem a propiciar, apoiar e deflagrar nas comunidades, nos coletivos e conjuntos de pessoas processos de auto-análise e de autogestão. O que significam essas palavras?

Nossa civilização tem produzido um saber acerca de seu próprio funcionamento como objeto de estudo e tem gerado profissionais, intelectuais, *experts* que são os conhecedores dessa estrutura e do processo dessa sociedade em si... Essa situação, em que os "sábios", os conhecedores da estrutura e do processo da vida social estão predominantemente a serviço do Estado e das empresas, tem tido como consequência que os povos – em sentido amplo, a sociedade civil – têm-se visto despossuídos de um saber que tinham acumulado através de muitos anos acerca de sua própria vida, de seu próprio funcionamento. Esse saber, criado e acumulado pelas comunidades sociais durante tantos anos de experiência vital, a partir do surgimento do saber científico e tecnológico, fica relegado, colocado em segundo plano, como se fosse rudimentar e inadequado. Então, as comunidades de cidadãos têm visto esse saber subordinado ao saber dos experts. Junto com seu saber, elas têm perdido o controle sobre suas próprias condições de vida, ficando alheias à

capacidade de gerenciar sua própria existência. Elas dependem, então, quase incondicionalmente, dos organismos do Estado, empresariais, do saber e de serviços dos *experts*. E a quais *experts* refiro-me? Aos dos ramos produtivos, primários, secundários e terciários, aos especialistas de produção de bens materiais, ou seja, comida, vestuário, moradia, transporte: aqueles bens materiais indispensáveis à sobrevivência. Toda a produção desses bens está dirigida, gerenciada por "especialistas". Mas noutro plano, refiro-me aos problemas de saúde, de educação, aos assuntos familiares, aos psicológicos e subjetivos, em geral; às questões relativas ao lazer, às que atingem a comunicação de massa, aos assuntos próprios da religião. Cada um desses campos, cada um dos serviços que se prestam nessas áreas, os bens que se produzem e administram nesses territórios, ou seja, sua quantidade, sua qualidade, sua necessidade, sua conveniência, tudo é decidido pelos *experts*, é arbitrado por quem se supõe que saiba e conheça sobre o assunto. O mesmo acontece no plano de administração da justiça, nos tribunais, com os advogados, despachantes, registros civis, leis: tudo isso feito por *experts* e administrado por eles.

Falei que poderíamos enunciar dois objetivos básicos do Institucionalismo, um deles seria a auto-análise e o outro a autogestão. Agora já podemos explicar um pouco melhor em que consistiria o primeiro deles. A auto-análise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida, ou seja: não se trata de que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhes quem são, o que podem, o que sabem, o que devem pedir e o que podem ou não conseguir. Este processo de auto-análise das comunidades é simultâneo ao processo de auto-organização, em que a comunidade

se articula, se institucionaliza, se organiza para construir os dispositivos necessários para produzir, ela mesma, ou para conseguir os recursos de que precisa para a manutenção e o melhoramento de sua vida sobre a terra. Na medida em que essa organização é consequência e, ao mesmo tempo, um movimento paralelo com a compreensão dada pela auto-análise, ela também não é feita de cima para baixo, nem de fora, mas elaborada no próprio seio heterogêneo do coletivo interessado. Essa auto-análise e essa autogestão não significam necessariamente que os coletivos devam prescindir por completo dos experts porque, sem dúvida, com sua disciplina e seus instrumentos, eles têm acumulada uma quantidade de conhecimento importante e não inteiramente alienado, não necessariamente distorcido, ou seja: produtivo. Mas os experts devem submeter seu saber, suas glórias, seus métodos, suas técnicas, suas inserções sociais como profissionais a uma profunda crítica que os faça separar, dentro dessas teorias, métodos e técnicas, dentro dos organismos aos quais pertencem, o que é produto de sua origem, de sua pertença ao bloco dominante das forças sociais e o que pode ser útil a uma auto-análise, a uma auto gestão, da qual os segmentos dominados e explorados sejam protagonistas. Para poderem efetuar essa autocrítica, os experts não podem fazê-lo no seio de suas torres de marfim, não podem fazê-lo nas academias ou exclusivamente nos laboratórios experimentais. Eles têm que entrar em contato direto com esses coletivos que estão se auto-analisando e autogestionando para incorporar-se a essas comunidades desde um estatuto diferente daquele que tinham. Esse estatuto deve resultar de uma crítica das posições, postos, hierarquias que eles têm dentro dos aparelhos acadêmicos ou jurídico-políticos do Estado, ou ainda das diretivas das grandes empresas nacionais e multinacionais. Eles têm de reformular sua condição profissional, seu saber específico. E só conseguirão reformulá-los numa gestão, num trabalho feito

em conjunto com essas comunidades e na mesma relação de horizontalidade com que qualquer membro dessa comunidade o faz. Isso permitirá que, eventualmente, os experts, quando a comunidade conseguir organizar-se, tenham algum lugar dentro das organizações específicas que a comunidade se deu a si mesma para esses fins. Então seu saber, sua capacidade e sua potência produtiva estarão plenamente integrados ao movimento de auto-análise e auto gestão dessa comunidade. Eles poderão assim reformular, aprendendo e ensinando seu saber e sua eficiência nessa nova e inédita situação. À parte dessa reinvenção de sua disciplina, os experts poderão aprender como eles serão capazes de propiciar outros movimentos autogestivos e auto-analíticos quando forem chamados a participar.

É óbvio que autogestão e auto-análise são dois processos simultâneos e articulados. Por quê? Porque auto-análise, para as comunidades, significa a produção de um saber, do conhecimento acerca de seus problemas, de suas condições de vida, suas necessidades, demandas etc., e também de seus recursos. Mas até para que a auto-análise seja praticada pelas comunidades, elas têm que construir um dispositivo no seio do qual essa produção seja realizável. Elas têm que organizar-se em grupos de discussão, em assembléias; elas têm que chamar experts aliados para colaborarem; elas têm que se dar condições para produzir esse saber e para desmistificar o saber dominante. Ao mesmo tempo, tudo o que elas descobrirem neste processo de auto-conhecimento só terá uma finalidade: a de auto-organizar-se para que possam operar as forças destinadas a transformar suas condições de existência, a resolver seus problemas. Mas não pode haver uma organização sem um saber; não pode haver um saber sem uma organização. São dois processos diferenciados, mas eles são concomitantes, simultâneos, articulados.

Costuma-se crer que os processos autogestivos implicam uma falta completa de denominações, hierarquias, quadros, especificidades etc. Na realidade, é difícil pensar qualquer processo organizativo que não inclua uma certa divisão do trabalho e que não implique uma certa hierarquia de decisão, de deliberação. Esses são funcionamentos inerentes a qualquer processo produtivo. Deverão, então, existir hierarquias, gerências. Mas a existência de hierarquia não implica diferença de poder; não equivale a privilégio ou arbitrariedade na capacidade de decidir. Implica apenas uma certa especialização em algumas tarefas, porque estes dispositivos estão feitos de tal maneira que as decisões de fundo são tomadas coletivamente. Em todo caso, os quadros hierárquicos não são mais que expressão da vontade consensual. São executores. Mas não são executores do mandato das elites mediatizado por organismos burocráticos, por correias de transmissão. Na autogestão os coletivos mesmos deliberam e decidem. Eles têm maneiras diretas de comunicar as decisões. Existem hierarquias moduladas pela potência, peculiaridades e capacidade de produzir; mas não há hierarquias de poder, ou seja, a capacidade de impor a vontade de um sobre o outro.

Agora, gostaria de referir-me à última questão, muito importante. Os leitores compreenderão que esses processos auto-analíticos e autogestivos se dão em condições altamente desfavoráveis, severamente contraproducentes. Por quê? Naturalmente porque os coletivos em questão não são donos do saber, não são donos da riqueza, não são donos dos recursos que são propriedade e servem ao poder dos organismos e entidades de classe alta e grupos dominantes. Então, a consecução dos objetivos tem graves impedimentos que vão desde a privação de recursos (que são propriedade a serviço do poder dos organismos e entidades de classe dominante) até a

morte física repressiva. Esses processos autogestivos e auto-analíticos são, para a organização do sistema, um câncer, uma peste. Não há nada que seja mais temido e mais odiado pelo sistema social, porque os movimentos instituintes têm esse intuito: que os coletivos presidam a definição de problemas, a invenção de soluções, a colocação dos limites do que é possível, do que é impossível e do que é virtual, o que normalmente é feito pelas instituições, organizações e saberes de grupos e outros segmentos dominantes. Por isso a autogestão não é tarefa fácil: a prova está em que as iniciativas auto-analíticas e autogestivas não se caracterizam por seu sucesso. Elas têm aparecido muitas vezes na história e muitas vezes têm sido destruídas ou sufocadas. E as que hoje insistem em existir lutam duramente contra um conjunto de imensas forças históricas que tentam destruí-las. E quando não conseguem eliminá-las, tentam recuperá-las, incorporá-las. Isso faz com que os objetivos últimos do Institucionalismo – a auto-análise e a autogestão – não sejam atingidos nunca de forma definitiva. Eles são atingidos sempre na base da tentativa, do ensaio, da procura. Em geral têm maiores ou menores graus de fracasso. Mas isso não quer dizer que não sejam possíveis ou inventáveis. Então, esta última afirmação que faço refere-se ao seguinte: as diferentes escolas do Institucionalismo se distinguem entre si pelas teorias, pelos métodos, pelas técnicas com que elas tentam introduzir estes objetivos últimos, e pelo grau de realização com o qual se conformam. Quer dizer: há correntes, escolas "maximalistas", que buscam a instalação plena da autogestão e da auto-análise. Há outras que se satisfazem com a introdução relativa de alguns mecanismos, de alguns espaços, de alguns temas de auto-análise e autogestão. Ou seja, no Institucionalismo, como na política, existem correntes reformistas e existem correntes ultra-revolucionárias. De qualquer maneira, nada disso impede que as agrupemos em torno desses dois objetivos e recursos. Eles as

diferenciam claramente da enorme maioria das propostas políticas, tanto das extremistas quanto das propostas social-democráticas. Provavelmente a tendência política tradicional que mais se aproxima das propostas institucionalistas, e com a qual o Institucionalismo está mais que em dúvida, seja a de certas orientações do anarquismo.

Práticas Analíticas e Práticas Sociais



Trabalho desde 1955 na Clínica de La Borde; fui convidado a colaborar nessa experiência por meu amigo Jean Oury que é seu fundador e o principal animador. O castelo de La Borde está situado a 15km ao sul de Blois na comuna de Cour-Cheverny. Durante esses primeiros anos, foi realmente apaixonante participar da instalação das instituições e dos equipamentos do que deveria se tornar a primeira experiência de "Psicoterapia institucional" no âmbito de um estabelecimento privado. Nossos meios materiais eram ainda mais fracos do que atualmente, porém maior era nossa liberdade de ação. Não existia, naquela época, hospital psiquiátrico no departamento"- de Loir et Cher, tendo sido o de Blois fechado durante a guerra. Assim as autoridades viam com muito bons olhos a implantação dessa clínica "não como as outras", que supria quase por si só as necessidades do departamento.

Foi então que aprendi a conhecer a psicose e o impacto que poderia ter sobre ela o trabalho institucional. Esses dois aspectos estão profundamente ligados, pois a psicose, no contexto dos sistemas carcerários tradicionais, tem seus traços essencialmente marcados ou desfigurados. E somente com a condição de que seja desenvolvida em torno dela uma vida coletiva no seio de instituições apropriadas que ela pode mostrar seu verdadeiro rosto, que não é o da estranheza e da violência, como tão freqüentemente ainda se acredita, mas o de uma relação diferente com o mundo.

Nos anos cinquenta, a psiquiatria francesa — deixando de lado algumas experiências-piloto como a de Saint Alban, em Lozere, ou em Fleury les Aubrais, no Loiret, tinha a sordidez que se encontra ainda, por exemplo, na ilha de Leros na Grécia, ou no hospital de Dafne, próximo a Atenas. Os psicóticos, objetos de um sistema de tratamento qua-

Divisão administrativa do território francês. (N. das T.)

se animal, assumem necessariamente uma postura bestial, andando em círculos o dia inteiro, batendo a cabeça contra as paredes, gritando, brigando, aviltando-se na sujeira e nos excrementos. Esses doentes, cuja apreensão e relação com o outro estão perturbadas, perdem pouco a pouco, em um tal contexto, suas características humanas, tornando-se surdos e cegos a qualquer comunicação social. Seus guardiães, que não possuíam nessa época nenhuma formação, eram obrigados a se proteger sob um tipo de couraça de desumanidade, se quisessem eles mesmos escapar do desespero e da depressão.

Passei então a conviver com Jean Oury desde o início dos anos cinqüenta. Ele havia aprendido o ofício de psiquiatra com François Tosquelles, em Saint Alban, onde se produziu, durante a guerra, uma verdadeira revolução interna através da luta pela sobrevivência coletiva, a abertura para o exterior, a introdução de métodos de grupo, de ateliês, de psicoterapias... Também eu, antes de encontrar Jean Oury, acreditava que a loucura encarnava um tipo de a^ves- so do mundo, estranho, inquietante e fascinante. No estilo de vida comunitária que era então o de La Borde naqueles anos, os doentes me apareceram sob um ângulo completamente diferente: familiares, amigáveis, humanos, dispostos a participar da vida coletiva em todas as ocasiões onde isso era possível. Uma verdadeira emulação existia no seio das reuniões cotidianas do pessoal (as seis horas da tarde) para levar ao conhecimento de todos o que havia sido feito e dito ao longo do dia. Tal doente catatônico acabava de falar pela primeira vez. Um outro fora, ele mesmo, trabalhar na cozinha. Uma maníaco-depressiva havia causado algumas perturbações durante as compras em Blois.

Jean Oury pedira que me reunisse à sua equipe — e, com isso, que interrompesse meus estudos de filosofia — pois precisava, pensava ele, de minha ajuda para desenvol-

ver o Comitê intra-hospitalar da Clínica, em particular o Clube dos pensionistas. Minha suposta competência nesse domínio vinha do fato de que, desde os dezesseis anos, eu não cessara de "militar" em organizações tais como "os Albergues da Juventude" e toda uma gama de movimentos de extrema-esquerda. É verdade que eu sabia animar uma reunião, estruturar um debate, solicitar que as pessoas silenciosas tomassem a palavra, fazer surgir decisões práticas, retornar às tarefas anteriormente decididas... Em alguns meses, contribuí assim para a instalação de múltiplas instancias coletivas: assembleias gerais, secretariado, comissões paritárias pensionistas-pessoal, subcomissão de animação para o dia, escritório de coordenação dos encargos individuais e "ateliês" de todos os tipos: jornal, desenho, costura, galinheiro, jardim etc.

Mas, para instaurar uma tal multiplicidade de estruturas, não era suficiente mobilizar os doentes; era necessário também poder contar com o máximo de membros do pessoal. Isso não trazia nenhuma dificuldade com a equipe dos animadores mais antigos, que haviam sido cooptados, como eu mesmo o fora, na base de um projeto comum e de um certo "ativismo" anterior. Mas não acontecia o mesmo com os novos membros do pessoal, que vinham das proximidades, que haviam abandonado um emprego ou um meio agrícola, para se engajar na clínica como cozinheiros, jardineiros, faxineiras, recreadores. Como iniciar esses recém-chegados em nossos métodos psiquiátricos, como evitar que não se criasse uma cisão entre as tarefas supostamente nobres dos "técnicos" e as tarefas materiais ingratas do pessoal de manutenção? (Esses últimos, dependendo do ângulo em que se colocavam, consideravam entretanto que somente o trabalho material era efetivo, ao passo que os "monitores" só faziam tagarelar em reuniões inúteis...)

Nessa etapa de seu desenvolvimento, o processo insti-

tucional exigia que fosse operada uma mini-revolução interna: era preciso conseguir que o conjunto do pessoal de manutenção se integrasse no trabalho de atendimento, que em contrapartida a enfermagem aceitasse tarefas materiais tais como a arrumação, a cozinha, a louça, a recreação etc. Paradoxalmente, o segundo aspecto dessa mini-revolução traria menos problemas do que o primeiro. Os "técnicos" aceitaram, sem muito reclamar, colaborar por "revezamento" nas tarefas materiais, o que enriquecia suas ocasiões de encontros e de diálogo com os pensionistas. Em contrapartida, foi muito mais difícil obter das pessoas que haviam sido contratadas como lavadeiras, faxineiras, ou como contador, que colaborassem nos cuidados médicos e nas atividades coletivas. Uns tinham medo de aplicar injeções, outros não podiam suportar o trabalho noturno, muitos não sabiam se virar para animar urna reunido ou urn serão. E, entretanto, em alguns meses a paisagem institucional da clínica se transformaria radicalmente. Urna antiga lavadeira havia se revelado muito hábil para animar o ateliê de impressão e o comite de redação do jornal, outra destacava-se nas atividades esportivas, um antigo metalúrgico mostrava grande habilidade como animador de pantomimas...

A organização do pessoal se complexificava à medida que as tarefas se diferenciavam. Doravante não podíamos mais nos contentar com um simples planejamento de emprego do tempo e dos dias de folga. Uma "grade" muito elaborada, quer dizer, um quadro com dupla entrada, para o tempo e para as qualificações das tarefas se impunha para dar conta, em particular, daquelas que haviam sido colocadas em "revezamento" e também para tornar compatíveis as atividades de tratamento, as de animação e as relativas a vida cotidiana. E, para gerir uma tal "grade", tornou-se necessário criar um grupo de monitores capazes de ter uma visão de conjunto acerca das necessidades da instituição e,

de certa forma, para suprir uma função de chefe de pessoal que jamais existiu em La Borde.

Urna descrição tão condensada poderia fazer acreditar em um desenvolvimento linear, ao passo que na prática as dificuldades mais imprevistas não cessaram de surgir devido a resistências, inabilidades, obstáculos materiais de todo tipo. Cada problema devia ser incessantemente retomado, rediscutido, sem jamais perder de vista a orientação essencial que consistia em caminhar no sentido de uma dessegregação das relações atendente-atendido assim como das relações internas ao pessoal. Essa atividade incessante de questionamento, aos olhos de um organizador-conselho, pareceria inútil, desorganizadora e, entretanto, é somente através dela que podem ser instauradas tomadas de responsabilidade individuais e coletivas, único remédio para a rotina burocrática e para a passividade geradas pelos sistemas de hierarquia tradicionais.

Uma palavra que estava então na moda era "serialidade", que definia, segundo Jean-Paul Sartre, o caráter repetitivo e vazio de um estilo de existência concernente a um funcionamento de grupo "prático-inerte". O que visávamos, através de nossos múltiplos sistemas de atividade e sobretudo de tomada de responsabilidade em relação a si mesmo e aos outros, era nos libertarmos da serialidade e fazer com que os indivíduos e os grupos se reapropriassem do sentido de sua existência em uma perspectiva ética e não mais tecnocrítica. Tratava-se de conduzir simultaneamente modos de atividades que favorecessem uma tomada de responsabilidade coletiva e fundada entretanto em uma re-singularização da relação com o trabalho e, mais geralmente, da existência pessoal. A máquina institucional que instalávamos não se contentava em operar uma simples remodelagem das subjetividades existentes, mas se propunha, de fato, a produzir um novo tipo de subjetividade. Os monitores for-

mados pelos "revezamentos", guiados pela "grade" e participando ativamente das reuniões de informação e de formação, tornavam-se pouco a pouco bem diferentes do que eram ao chegarem a clínica. Não apenas se familiarizavam com o mundo da loucura, tal como o revelava o sistema labordiano, não apenas aprendiam novas técnicas, mas sua forma de ver e de viver se modificava. Precisamente, perdiam essa couraça protetora por meio da qual muitos enfermeiros, educadores, trabalhadores sociais se premunem contra uma alteridade que os desestabiliza.

O mesmo acontecia com os doentes psicóticos: alguns revelavam capacidades de expressão totalmente imprevistas, por exemplo de ordem pictórica, que a continuação de suas vidas em um âmbito comum não lhes teria jamais permitido entrever. Empregados de escritório preferiam garantir tarefas materiais, agricultores se dedicavam à gestão do clube e todos aí encontravam mais do que um derivativo: uma nova relação com o mundo.

E eis aí o essencial: essa mudança de relação com o mundo que, no psicótico, corresponde a um desajuste dos componentes da personalidade. O mundo e o outro não lhe falam mais com a mesma voz, ou começam a lhe falar com uma insistência perturbadora ao invés de conservar uma neutralidade asseguradora. Mas, entendamo-nos: esse mundo e essa alteridade com os quais a psicose entra em diálogo não são unicamente de ordem imaginária, delirante, fantasmática. Encarnam-se igualmente no meio social e material cotidiano. Na vertente imaginária, as psicoterapias poderão intervir a partir de equivalentes "projetivos" a fim de reconstruir um corpo, de suturar uma cisão do eu, de forjar novos territórios existenciais; mas, na vertente do real, é o campo intersubjetivo e o contexto pragmático que serão obrigados a trazer novas respostas. Gisela Pankow, por exemplo, em suas tentativas de reestruturação dinâmica do

corpo psicótico, utiliza frequentemente a mediação de uma massa de modelar a fim de tornar possível uma expressão plástica onde a língua falada se encontra falha. Pois bem! Em La Borde, nossa massa de modelar é a "matéria" institucional que é engendrada através do emaranhado dos ateliês, das reuniões, da vida cotidiana nas salas de jantar, dos quartos, da vida cultural, esportiva, lúdica... A palheta de expressão não é dada de antemão como a das cores da pintura, pois um grande lugar é reservado à inovação, à improvisação de atividades novas.

A vida coletiva, concebida segundo esquemas rígidos, segundo uma ritualização do cotidiano, uma hierarquização definitiva das responsabilidades, em suma, a vida coletiva serializada pode se tornar de uma tristeza desesperadora tanto para os doentes como para os "técnicos". É surpreendente constatar que, com as mesmas "notas" microssociológicas, pode-se compor uma música institucional completamente diferente. Pode-se enumerar em La Borde cerca de quarenta atividades diferentes para uma população que é somente de 100 pensionistas e de 70 membros do pessoal. Existe aí uma espécie de tratamento barroco da instituição, sempre

procura de novos temas e variações, para conferir sua marca de singularidade — quer dizer de finitude e de autenticidade — aos mil-limos gestos, aos mínimos encontros que advêm dentro de um tal contexto.

E começamos a sonhar com o que poderia se tornar a vida nos conglomerados urbanos, nas escolas, nos hospitais, nas prisões etc..., se, ao invés de concebê-los na forma da repetição vazia, nos esforçássemos em reorientar sua finalidade no sentido de uma re-criação interna permanente. Foi pensando em uma tal ampliação virtual das práticas institucionais de produção de subjetividade que, no início dos anos sessenta, forjei o conceito de "análise institucional". Tratava-se então não somente de questionar a psiquiatria

mas também a pedagogia aquilo a que se dedicava a "Pedagogia institucional" praticada e teorizada por um grupo de professores reunidos em torno de Fernand Oury, o irmão mais velho de Jean Oury — e a condição estudantil, cuja problemática começava, se ousar dizer, a borbulhar no seio da *Mutuelle Nationale des Etudiants* (da qual me tornei "conselheiro técnico") e da UNEF², que deveria se tornar o catalisador dos acontecimentos de 1968. E, pouco a pouco, questionar também o conjunto dos segmentos sociais que deveria ser, a meu ver, objeto de uma verdadeira "revolução molecular", quer dizer, de uma re-invenção permanente. Eu não propunha de forma alguma generalizar a experiência de La Borde ao conjunto da sociedade, não havendo nesse campo nenhum modelo transponível. Mas parecia-me que a subjetividade, em todos os estágios do socius onde se quisesse considerá-la, não era manifesta, que era produzida sob certas condições e que estas poderiam ser modificadas por múltiplos procedimentos e de forma a orientá-la em um sentido mais criativo.

Já nas sociedades arcaicas os mitos, os ritos de iniciação tinham por tarefa modelar as posições subjetivas de cada indivíduo no interior de sua faixa etária, de seu sexo, de sua função, de sua etnia... Nas sociedades industriais desenvolvidas encontra-se o equivalente desses sistemas de entrada em Agenciamentos subjetivos, mas sob formas padronizadas e produzindo apenas uma subjetividade serializada. A "fabricação" de um sujeito passa doravante por longos e complexos caminhos, engajando, através da família, da escola, sistemas "maqunicos" tais como a televisão, os mass

¹Instituto Nacional de Previdência Social para Estudantes. (N. da Rev. Tee.)

²Uni5o Nacional dos Estudantes da França. (N. da Rev. Téc.)

mídia, o esporte... Insisto no fato de que não é apenas o conteúdo cognitivo da subjetividade que se encontra aqui modelado mas igualmente todas as suas outras facetas afetivas, perceptivas, volitivas, mnêmicas...

Trabalhando regularmente com sua centena de pacientes, La Borde se encontrou progressivamente implicada em um questionamento mais global sobre a saúde, a pedagogia, a condição penitenciária, a condição feminina, a arquitetura, o urbanismo... Cerca de vinte grupos setoriais de reflexão constituíram-se assim em torno da temática da "análise institucional", que implicava que a análise das formações do inconsciente não dizia respeito apenas aos dois protagonistas da psicanálise clássica, mas poderia se estender a segmentos sociais muito mais amplos. Por volta da metade da década de sessenta, esses grupos se federaram no seio de um órgão chamado F.G.E.R.I (Federação dos Grupos de Estudo e de Pesquisa Institucional). Mais tarde essa federação foi substituída por um Centro de Estudo e de Pesquisa Institucional (C.E.R.F.I) editando uma revista intitulada *Recherches*. Cinquenta números especiais dessa revista foram publicados, os quais se deve acreditar que permaneçam ainda atuais, já que uma estudante americana consagrou sua tese a essa revista e uma editora japonesa pretende traduzir alguns desses números. O mais celebre dentre eles foi, sem dúvida, o que teve como título "Dois mil perversos", dirigido por Guy Hocquenghem e Rene Scherrer e que tratava de formas "desviantes" de sexualidade. Esse número sofreu, alias, um processo por "ultraje aos bons costumes", processo no qual fui condenado a título de Diretor de publicação. Um número memorável de *Recherches*, por volta do ano de 1966, foi consagrado a programação dos equipamentos psiquiátricos. Em torno de programadores titulares do Ministério da Saúde e de um grupo de jovens arquitetos da F.G.E.R.I, a elite da psiquia-

tria francesa havia se reunido — tanto a da corrente de "Psicoterapia Institucional" quanto a do "Setor" — preocupada sobretudo com equipamentos extra-hospitalares tais como as pensões protegidas, os hospitais-dia, os ateliês protegidos, os ambulatórios de higiene mental... Preconizamos então a parada de qualquer nova construção de hospitais psiquiátricos — espécie de dinossauros institucionais destinados a desaparecer — e a programação de equipamentos com menos de cem leitos, implantados diretamente no tecido urbano em correlação com os novos recortes em "Setor". O tempo provou que o que ambicionávamos estava certo. Mas não fomos entendidos. De fato, Georges Pompidou, o presidente na época, muito favorável a industrialização da construção, havia oferecido as empresas de construção o imenso mercado que consistia em equipar cada departamento com novos hospitais psiquiátricos, concebidos segundo os antigos modelos, quer dizer, separados do tecido social, hiperconcentrados e de tipo carcerário. Decisão que, ao fim de alguns anos, se revelou totalmente aberrante, não correspondendo os novos equipamentos a nenhuma "demanda". Foi também por ocasião desse mísero especial "Arquitetura e Psiquiatria" que conheci um grupo de italianos que seria para mim de grande importância.

cia: Franco Basaglia, Giovanni Jervis e Franco Minguzzi.

Dois números da revista foram consagrados as "Jornadas da infância alienada" organizadas por Maud Manonni, com a presença efetiva de Jacques Lacan. Foi então que conheci Ronald Laing e David Cooper, que deveriam, também eles, tornar-se amigos e inspiradores, embora eu nunca tenha me valido de sua "antipsiquiatria". Deixando de lado alguns exageros demagógicos aos quais ela dará lugar (do tipo: "a loucura não existe", "todos os psiquiatras são policiais"), o movimento antipsiquiátrico teve o mérito de abalar a opinião sobre o destino que a sociedade reservava aos doentes men-

tais — o que as diferentes correntes renovadoras da psiquiatria europeia não haviam jamais conseguido fazer. Infelizmente, a revelação para o grande público do sentido da loucura, através de filmes como "Family life", de Kenneth Loach, ou as obras de Mary Barnes, não era acompanhada de nenhuma proposição verdadeiramente concreta para reformar a situação. Experiências comunitárias como a de "Kinsley Hall" em Londres permaneciam exceção e pareciam dificilmente generalizáveis para transformar a psiquiatria inglesa em seu todo. Uma outra objeção que faria a corrente criada por Laing e Cooper era a de creditar uma concepção deveras reducionista da doença mental, aparecendo-lhes a psicose como resultante de conflitos intrafamiliares.

Foi nessa época que se popularizou o famoso "double bind" — duplo vínculo — considerado como gerador dos problemas de comportamento os mais graves através da recepção, pelo "paciente designado", de uma mensagem contraditória vinda dos membros de sua família. "Peço que você faça alguma coisa mas desejo secretamente que faça o contrário..." Tratava-se, evidentemente, de uma visão simplista da etiologia das psicoses e que tinha, entre outros efeitos negativos, o de culpabilizar as famílias dos psicóticos que já encontravam bastante dificuldade!

A corrente italiana "Psiquiatria Democrática", em torno de seu líder carismático, Franco Basaglia, por sua vez, não se embaraçava com tais considerações teóricas sobre a gênese da esquizofrenia ou sobre as técnicas de tratamento. Concentrava o principal de sua atividade no campo social global, aliando-se aos partidos e aos sindicatos de esquerda com o objetivo de conseguir pura e simplesmente que os hospitais psiquiátricos italianos fossem fechados. Foi o que, finalmente, conseguiu obter, há dez anos, com a Lei 180, cuja adoção, infelizmente, quase coincidiu com a morte de Franco Basaglia. De modo geral, os hospitais psiquiátricos foram

fechados em péssimas condições, quer dizer, sem que fossem efetuadas soluções reais de reforma. Os doentes foram deixados ao abandono, como havia sido o caso, nos EUA, com o "Kennedy act", que levou ao fechamento de grandes hospitais psiquiátricos americanos, por razões unicamente econômicas, e a lançar nas ruas dezenas de milhares de doentes mentais. Na Itália, associações de famílias de doentes mentais se constituíram para pedir a reabertura dos antigos asilos. A solução que consistia em implantar serviços psiquiátricos no seio dos hospitais gerais revelou-se ilusória, sendo esses serviços isolados e tratados como parentes pobres. É necessário dizer que muito chão havia sido percorrido entre as discussões iniciais em torno desse projeto e a instauração efetiva da Lei 180. A ideia da supressão dos hospitais psiquiátricos aparecera no contexto da efervescência social dos anos 60, favorável a inovações de todos os tipos. Mas, em 1980, a vaga contestatória e criativa havia se enfraquecido, dando lugar a uma nova forma de conservadorismo social. Seja como for, os renovadores italianos da psiquiatria haviam tocado em uma dimensão essencial do problema: só uma sensibilização e uma mobilização do contexto social poderiam criar condições favoráveis a transformações reais. Algumas experiências como a de Trieste eram uma prova viva disso. Em seu filme "Fous a defier", Marco Bellocchio mostrava o exemplo de doentes graves que eram acolhidos em empresas industriais por militantes sindicais que declaravam que sua presença modificava em um sentido mais humano o clima reinante nos ateliês. O caráter idealista dessas experiências nos faria talvez hoje em dia sorrir, quando se vê a evolução das empresas cada vez mais informatizadas e robotizadas, mas a visada global dos italianos permanece correta. Recentrar a psiquiatria na cidade não significa implantar aí mais ou menos artificialmente equipamentos e equipes extra-hospitalares, mas reinventá-la ao mesmo tempo

em que se desenvolvem outras práticas sociais com a ajuda direta das populações concernidas.

Em 1975, instigado por um grupo de amigos, Mony Elkaim (psiquiatra de origem marroquina, especialista mundialmente conhecido em terapias familiares) convocou uma reunião em Bruxelas durante a qual foi lançada uma "Rede internacional de alternativa a psiquiatria". Propusemo-nos a conjugar e, se possível, ultrapassar as tentativas diversas inspiradas em Laing, Cooper, Basaglia etc... Tratava-se sobretudo de se libertar do caráter quase unicamente mass-medidtico da antipsiquiatria para lançar um movimento que engajasse efetivamente os trabalhadores da saúde mental e os pacientes. Sob a égide dessa Rede, importantes reuniões ocorreram em Paris, Trieste, Sao Francisco, no Mexico, na Espanha... Essa Rede ainda continua a existir atualmente. É animada principalmente pelos sucessores de Franco Basaglia, em Trieste, reagrupados em torno de Franco RoteIli. Por força das circunstancias, quero dizer devido a evolução das mentalidades, ela renunciou a suas perspectivas iniciais, ao menos sob seus aspectos mais utópicos. As equipes de Trieste se concentram na reconversão dos equipamentos psiquiátricos existentes para uma abertura não somente para a cidade — como o haviam preconizado, de uma forma um pouco formal, os defensores franceses da política do "Setor" — mas na direção de uma abertura para o social. Existe aí uma nuance importante. Podem-se criar equipamentos psiquiátricos ágeis no seio do tecido urbano sem por isso trabalhar no campo social. Simplesmente miniaturizaram as antigas estruturas segregativas e, apesar disso, interiorizaram-nas. Completamente diferente é a prática desenvolvida em Trieste atualmente. Sem negar a especificidade dos problemas que se colocam aos doentes mentais, as instituições instaladas, como as cooperativas, dizem respeito a outras categorias de população que tem igualmente necessidade de

assistência. Não se separam mais assim artificialmente as questões relativas a toxicomania, as pessoas que saem das prisões, aos jovens em dificuldade etc..., o trabalho realizado no seio das cooperativas não é uma simples ergoterapia; ele se insere no campo social real, o que não impede que condições particulares sejam obtidas para os diferentes tipos de *handicaps*. Caminha-se, então, aqui no sentido de uma des-segregação geral.

O que é desolador, na França e em inúmeros países, constatar que as orientações oficiais vão, ao contrário, no sentido de uma segregação reforçada: os doentes crônicos são colocados em estabelecimentos que os recebem para um "longo período", quer dizer, de fato, deixando-os aviltar na solidão e na inatividade; os "agudos" tem seus próprios serviços, assim como os alcoólatras, os toxicômanos, as pessoas senis etc... A experiência de La Borde nos mostrou, ao contrário, que a mistura das categorias nosográficas diferentes e a aproximação de faixas etárias podiam constituir vetores terapêuticos não negligenciáveis. As atitudes segregativas formam um todo; as que se encontram entre as doenças mentais, as que isolam os doentes mentais do mundo "normal", a que se tem em relação as crianças em dificuldades, as que relegam as pessoas idosas a uma espécie de guetos participam do mesmo *continuum* onde se encontram o racismo', a xenofobia e a recusa das diferenças culturais e existenciais.

A implantação de "lugares de vida" comunitários independentes das estruturas oficiais conheceu um certo desenvolvimento no sul da França. Os poucos "lugares de vida", abertos para as crianças com dificuldades e para os idosos psiquiatrizados, que chegam a sobreviver, o fazem com grandes dificuldades, não tendo as tutelas ministeriais jamais renunciado a fixa-los em normas, quando sua qualidade primeira residia precisamente em sua inventividade fora dos quadros estabelecidos. E entretanto, mais do que nunca, a falta dessas estruturas se faz sentir.

SO elas poderiam evitar, em certos casos, hospitalizações custosas e patogênicas nas estruturas oficiais.

Volta-se sempre a esse terrível peso do Estado, que incide sobre as estruturas de tratamento e de assistência. As instituições vivas e criativas levam um bom tempo para serem instaladas; implicam a constituição de equipes dinâmicas que se conheçam bem, que tenham uma história comum, tantos dados que não podem ser regidos por meio de circulares administrativas. Ora, é preciso saber que, mesmo atualmente, é o Ministro da Solidariedade e da Saúde quem decide sobre a nomeação dos psiquiatras nos hospitais psiquiátricos e que rege o jogo de suas substituições, a cada dois anos aproximadamente. Situação absurda: mais nenhuma direção de hospital psiquiátrico é assumida por médicos psiquiatras. Todo o poder passou para as mãos de diretores administrativos que controlam totalmente os serviços, por intermédio de enfermeiros gerais. Isso significa a condenação antecipada de qualquer tentativa de inovação, por mais breve que seja.

Uma experiência como a de François Tosquelles, durante a última guerra mundial e na Libertação, no hospital de Saint Alban, em Lozere, seria impossível hoje em dia. Existe certamente, entre a nova geração de psiquiatras, de psicólogos e de enfermeiros, a mesma proporção que outrora de pessoas desejosas de sair da mediocridade na qual se banha a psiquiatria francesa! Mas essas jovens gerações têm as mãos atadas por um estatuto que as assimila ao dos funcionários. E toda uma concepção do "serviço público" que se deve aqui rever. A tecnocracia estatal se acompanha de um espírito corporativista nos "técnicos". Felizmente existem exceções em algumas dezenas de experiências vivas no interior de certos Setores e de certos Serviços psiquiátricos

inspirados na Psicoterapia institucional. Mas essas experiências são extremamente minoritárias e sobretudo muito precárias, devido a uma desastrosa mudança de cargo de seus principais responsáveis. Numa época em que a cortina de ferro dos países do leste acaba de cair, seria hora de varrer diante de nossa própria porta e de liquidar todos os arcaísmos burocráticos que fazem perdurar instituições psiquiátricas absurdas e nocivas. SO uma verdadeira desestatização da psiquiatria francesa poderia permitir desenvolver um clima de emulação entre empreendimentos inovadores. Não preconizo aqui uma privatização da psiquiatria — as clínicas particulares se contentam muito frequentemente em isolar os doentes em seus quartos, sem desenvolver em torno deles uma vida social terapêutica. Mas me parece necessário que a gestão dos equipamentos existentes, intra e extra-hospitalares, seja confiada a associações e a fundações no interior das quais se encontrariam todas as partes envolvidas: os atendentes, os atendidos (por intermédio de clubes terapêuticos), as associações de famílias, as coletividades locais, os poderes públicos, a Previdência Social, sindicatos etc... Trata-se de interessar o máximo de parceiros em uma renovação da psiquiatria para que ela não se feche sobre si mesma; tratar-se de acabar com controles e regulamentações a priori e de instaurar um diálogo e também, naturalmente, uma vigilância a posteriori. Parece-me que e a única via para tirar a psiquiatria francesa de seu marasmo atual. Que aqueles que queiram inovar e se abrir possam fazê-lo! Que aqueles que prefiram o imobilismo continuem em sua via, de qualquer modo jamais se fará com que mudem pela força! Mas uma consciência social se instaurará, a opinião fará pressão em um sentido ou em um outro. Qualquer coisa é melhor do que a mediocridade atual, com esses falsos debates acerca de internações abusivas. É toda a psiquiatria que é abusiva. Um ponto sobre o qual jamais se insistirá o

astante e que os médicos, enfermeiros, técnicos em geral e os psiquiatras e psicólogos são igualmente vítimas do estado de coisas atual, onde doentes e funcionários morrem literalmente de tédio.

Convém também relevar o crescimento das ideologias comportamentalistas no interior da psiquiatria francesa, que consistem em se consagrar apenas aos programas de condicionamento os mais mecanicistas, sem se preocupar mais com a vida social e com a consideração das singularidades e das virtualidades psíquicas dos doentes mentais. É intolerável desviar-se assim da essência da existência humana, a saber, de suas dimensões de liberdade e de responsabilidade. Alguns perigos existem igualmente com a influência exercida pelas teorias sistêmicas em referência às terapias [familiares](#). Com efeito, elas tratam de interações intrafamiliares cujo conceito é perfeitamente vago e consistem muito frequentemente em um tipo de psicodrama cujas sessões são ritualizadas e codificadas, a partir de teorias pseudomatemáticas que não têm outro alcance senão o de conferir um verniz científico a seus operadores. Deixo aqui completamente de lado a corrente "anti-reducionista" animada por Mony Elkaim que, bem ao contrário, se preocupa essencialmente com uma re-singularização da cura, quer dizer, com o engajamento do terapeuta no que ele tem de mais pessoal — o que permite conferir uma marca insubstituível de autenticidade e de verdade a relação estabelecida entre o terapeuta e a família.

Por sua vez, a corrente psicanalítica, que conhece na França um nítido declínio, e igualmente responsável, até um certo ponto, pelo desinvestimento de jovens psiquiatras em relação à vida institucional. Em particular, a psicanálise de origem lacaniana, com seu caráter esotérico, pretensioso e separado de qualquer apreensão de terreno de psicopatologia, mantém a ideia de que somente uma cura individual per-

mite aceder a "ordem simbólica" pelas vias transcendentais da interpretação e da transferência. A verdade é bem outra e o acesso a neurose, a psicose e à perversão precisa de outros desvios que não esse tipo de relação dual. Creio que, daqui a alguns anos, a "pretensão lacaniana" aparecerá como aquilo que é: simplesmente ridícula. A psique, em essência, é a resultante de componentes múltiplos e heterogêneos. Ela envolve, sem dúvida, o registro da fala mas também meios de comunicação não-verbais, relações com o espaço arquitetônico, comportamentos etológicos, estatutos econômicos, relações sociais de todos os níveis e, ainda mais fundamentalmente, aspirações éticas e estéticas. É com o conjunto desses componentes que a psiquiatria se acha confrontada, incluídas aí dimensões biológicas às quais da cada vez mais acesso uma psicofarmacologia que, ano após ano, não cessa de progredir. Não falo aqui do uso da "camisa química" dos neurolépticos em muitos hospitais psiquiátricos, para neutralizar os doentes. Os medicamentos, pela mesma razão que qualquer outro vetor terapêutico, devem ser "negociados" com os pacientes; implicam uma escuta sensível de sua incidência, devendo as doses e os horários de ingestão ser objeto de um diálogo mantido entre o doente e aquele que prescreve.

A psicanálise continua mareada por uma tara de origem que consiste no fato de ela ter nascido sob a égide de um paradigma científico (ate mesmo científicista). Freud e seus sucessores sempre quiseram se apresentar como sábios que descobriam as estruturas universais da psique. A verdade que eles inventaram o inconsciente e os seus complexos, assim como, em outras épocas, grandes visionários inventaram novas religiões, novas maneiras de viver o mundo e as relações sociais. Colocar a invenção psicanalítica sob a égide de um paradigma estético não significa de forma alguma desvalorizá-la. A cura não é uma obra de arte, mas deve proce-

der do mesmo tipo de criatividade. A interpretação não fornece chaves padronizadas para resolver problemas gerais fundados no que Lacan denominou os maternas do Inconsciente, mas deve constituir um acontecimento, marcar uma bifurcação irreversível da produção de subjetividade — em suma, ela é da ordem da performance, no sentido adquirido por esse termo no campo da poesia contemporânea.

O saber do psicanalista permanece incontestável até o presente. É uma teologia no seio da qual ele se banha de vez em quando desde sua infância. Ainda aqui o paradigma estético pode-nos ser de grande ajuda. O saber é aquilo que é; não se pode passar sem ele para adquirir um mínimo de "CO-nus", de consistência, face a um paciente ou face a uma instituição. Mas ele é feito essencialmente para ser desviado. Os conceitos da arte assim como os da análise derivam dessa caixa de ferramentas de modelização — cuja ideia eu introduzi há vinte anos e que foi retomada, para minha grande alegria, por Michel Foucault, para lutar contra os dogmatismos sempre renascentes. Um conceito só vale pela vida que lhe é dada. Ele tem menos por função guiar a representação e a ação do que catalisar os universos de referência que configuram um campo pragmático. Não tinha como intenção hoje expor meus próprios conceitos de metamodelização, que tentam construir um inconsciente processual voltado para o futuro, ao invés de fixado nas estases do passado, a partir de quatro funtores: os Fluxos, os *Phylum* maquínicos, os Territórios existenciais e os Universos de referência. Não propõem absolutamente uma descrição mais científica da psique, mas são concebidos de maneira que as formações de subjetividade sejam essencialmente abertas para uma pragmática ético-estética. Quatro "imperativos" resultam daí:

— o da *irreversibilidade* do encontro enquanto acontecimento que dá sua marca de autenticidade, de "nunca visto", ao procedimento analítico;

— o da *singularização* que implica uma disponibilidade permanente para a aparição de qualquer ruptura de sentido que, precisamente, constituirá um acontecimento, abrindo uma nova constelação de universos de referência;

— o da *hetero gênese* que conduz à busca da especificidade do terreno ontológico a partir do qual se apresentam os diversos componentes parciais de subjetivação;

— o da *necessitação* que pressupõe a obrigação para um afeto, para um percepto ou um conceito, de se encarnar em um Território existencial marcado pela finitude e pela impossibilidade de ser "traduzido", interpretado em qualquer hermenêutica.

Vê-se que esses imperativos esquizo-analíticos seriam igualmente aplicáveis ao campo da pedagogia, da ecologia, da arte etc... É porque a raiz ético-política da análise, concebida aqui, repito, como produção de subjetividade, entra em simetria de escala — para retomar uma expressão das matemáticas fractais — com todos os outros registros de produção de subjetividade, e isso em todos os níveis onde se queira considerá-los.

A atividade de modelização teórica tem uma função existencial. Por essa razão, não pode ser o privilégio de teóricos. Um direito a teoria e a metamodelização será um dia inscrito no frontão de toda instituição que tenha algo a ver com a subjetividade.

É então bem claro que não proponho aqui, por exemplo, a Clínica de La Borde como um modelo ideal. Mas creio que essa experiência, apesar de seus defeitos e de suas insuficiências, teve e ainda tem o mérito de colocar problemas e de indicar direções axiológicas através dos quais a psiquiatria pode redefinir sua especificidade. Para concluir, gostaria de resumi-los:

1) A subjetividade individual, tanto a do doente como a do "técnico", não pode ser separada dos Agenciamentos coletivos de produção de subjetividade; tais Agenciamentos comportam

dimensões microssociais mas também dimensões materiais e dimensões inconscientes;

2) A instituição de tratamentos, se é reagenciada permanentemente com esse fim, pode se tornar um instrumento muito elaborado de enriquecimento da subjetividade individual e coletiva e de recomposição de territórios existenciais concernindo ao mesmo tempo o corpo, o eu, o espaço vivido, a relação com o outro...;

3) Para ocupar convenientemente seu lugar no seio do processo terapêutico, as dimensões materiais da instituição implicam que o pessoal dito "de manutenção" esteja associado a todas as engrenagens segundo modalidades apropriadas;

4) A informação e a formação constituem aspectos importantes no interior de uma instituição terapêutica, mas não suprem os aspectos ético-estéticos da vida humana considerada em sua finitude. O Agenciamento institucional, assim como uma cura individual, só podem funcionar autenticamente no registro da verdade, quer dizer, da unicidade e da irreversibilidade do sentido da vida. Essa autenticidade não é objeto de um ensino mas pode, entretanto, ser "trabalhada" através de práticas analíticas individuais e coletivas;

5) A perspectiva ideal seria então que não existissem duas instituições semelhantes e que a mesma instituição não cessasse de evoluir ao longo do tempo.

Conferência realizada em 15 de agosto de 1990, com a participação de Eric Alliez, Joel Birman, Jurandir Freire Costa e Chaim Samuel Katz, abrindo o Ciclo de Conferências e Debates do Colégio Internacional de Estudos Filosóficos Transdisciplinares, na Casa França-Brasil, Rio de Janeiro.

GLOSSÁRIO

*selecionados do Compêndio

ANÁLISE DA IMPLICAÇÃO:

a implicação define-se como o processo que ocorre na organização analítica, em sua equipe, como resultado de seu contato com a organização analisada. É um termo que tem certa semelhança com o conceito psicanalítico de contratransferência (reação – consciente e inconsciente – que o material do paciente produz no analista), só que no Institucionalismo a implicação não é um processo apenas psíquico, nem inconsciente, mas de uma materialidade múltipla e variada, complexa e sobredeterminada (ver Sobredeterminação"). É ao mesmo tempo, um processo político, econômico, social, etnológico heterogêneo que deve ser examinado em todas as suas dimensões. Por outra parte, não é apenas uma reação da equipe interventora ao contato com o objeto de análise. Ela pode até ser prévia a qualquer contato. Não começa no "cliente" e é, isso sim, uma interinfluência recíproca, simultânea, que faz parte integrante do processo de análise da organização. Análise de implicação é a compreensão da interação, da interpenetração dessas duas organizações, enfatizando a parte que cabe à intervinda.

ANÁLISE INSTITUCIONAL:

seus fundadores e principais expoentes são G. Lapassade e R. Lourau, apesar de a denominação ter sido criada por F. Guattari. Esta corrente institucionalista, uma das mais coerentes e empenhadas, reconhece como seus antecessores a Psico-Sociologia, a Dinâmica de Grupos, a Psicoterapia e a Pedagogia Institucionais, assim como a Socioanálise de Van Bockstaele. Contudo, a Análise Institucional superou amplamente esses precursores no sentido de uma radicalização de suas teorias, modos de intervenção e objetivos últimos. Impossível resumir aqui suas contribuições, bastará dizer que se propõe a propiciar os processos auto-analíticos (ver Auto-Análise*) e autogestivos (ver Autogestão*) circunscritos (se for o caso), mas tendendo sempre a que se expandam até conseguir um alcance generalizado e revolucionário.

O Institucionalismo deve a esta orientação conceitos tais como insti tuin te* instituído", institucionalização, analisadores históricos e construídos", demanda-encargo*, efeitos" Mulhman, Lukács etc. A Análise Institucional insistiu particularmente na análise da implicação*, ou seja, nas resistências econômico-político-ideológico-libidinais dos agentes analistas aos processos autogestivos durante as intervenções (crítica da Sociologia abstrata e "neutra"). A Análise Institucional considera a prática de seus agentes como uma militância, e propõe para eles o perfil de um intelectual implicado, à diferença do intelectual orgânico (partidário) ou engajado (frequentemente um

tanto especulativo). Como dispositivo* de intervenção, inclina-se pela Assembléa Geral Permanente, na qual os não-ditos* institucionais são forçados a expressar-se a té suas últimas conseqüências transformadoras.

ANTIPEDAGOGIA:

a partir das idéias questionadoras de Rousseau, diversos pedagogos procuraram reformar, liberalizar ou revolucionar as instituições" e sistemas de ensino. Métodos como os de Montessori, Pestalozzi, Freinet e outros deram origem a várias tentativas de desburocratizar (ver – cracias') e tornar a Pedagogia menos autoritária, dando aos alunos um maior ou menor protagonismo e liberdade na gestão do processo pedagógico. Tais tentativas replicam, ao nível da aprendizagem, os exemplos anarquistas, marxistas e liberais de democratização (ver cracias *) ou franca libertação do trabalho. Segundo sua diferente inspiração e seu grau de radicalidade, surgiram as experiências de Makarenko na União Soviética, o Plano Dalton e as propostas de Lewin e Rogers nos Estados Unidos, assim como a Pedagogia Institucional de F Oury, A. Vasquez, M. Labat, e outros, na França. Generalizando, pode-se dizer que são tentativas antipedagógicas que pretendem modificar ou destruir a instituição do ensino, substituindo-a por opções participativas ou co-gestivas (ver Co- Gestão*). Entretanto, é possível que seja a proposta de G. Lapassade e R. Lourau de uma autogestão* pedagógica (primeiro parcialmente, como contra-instituição, e depois generalizada) a forma mais conspícua de antipedagogia que se possa conceber, na

qual os alunos assumem integralmente o curso da institucionalização da aprendizagem.

ANTIPSIQUIATRIA:

nascido junto à grande corrente de crítica cultural e política dos anos 60 nos Estados Unidos e Europa, este Movimento, mais ou me nos radical, de impugnação do objeto (doença mental) assim como das teorias e métodos da Psiquiatria e da Psicopatologia, impulsionou uma profunda revolução nesse campo. Seus máximos representantes – Thomas Szasz e I. Goffman nos Estados Unidos, Michel Foucault, Félix Guattari e R. Castel na França, Ronald Laing e D. Cooper na Inglaterra, F. Basaglia na Itália e E. Pichon Rivière na Argentina – insistiram na idéia de que as qualificações" científicas" da loucura e da parafernália de recursos variavelmente violentos destinados a tratá-la não seriam senão eufemismos da alienação política, econômica e cultural da sociedade moderna. A maioria desses autores, que estiveram reunidos em um Congresso no Rio de Janeiro, em 1978, foram mentores ou participantes do Movimento Institucionalista*.

AUTO-ANÁLISE:

processo de produção e re-apropriação, por parte dos coletivos autogestionários (ver Autogestão*), de um saber acerca de si mesmos, suas necessidades, desejos, demandas, problemas, soluções e limites. Esse saber se acha em geral apagado, desqualificado e subordinado pelos saberes científico-disciplinares, que não só estão em boa medida a serviço das entidades dominantes (Estado, Capital Raça etc.), como também operam

com critérios de Verdade e Eficiência, que são imanentes aos valores de tais entidades. A auto-análise possibilita aos coletivos o conhecimento e a enunciação das causas de sua alienação*.

AUTO DISSOLUÇÃO:

O Institucionalismo* enfatiza que os grupos, organizações* e movimentos instituintes* (em outra terminologia: revolucionário-productivo-desejantes) devem constituir morfologias sociais estritamente funcionais, subordinadas e coerentes com suas utopias ativas*. Um dispositivo* instituinte ou um grupo-sujeito*, protagonista de um processo transformador, deve ter sempre presente sua natureza transitória e "finita". Tal consciência é pré-condição para seu bom funcionamento, que implica conjurar os riscos de cristalização do instituído. Quando um conjunto instituinte cumpriu todos os seus objetivos, ou quando constata que não está mais conseguindo isso com a "identidade" que se deu, deve ser capaz de autodissolver-se para não se perpetuar como uma finalidade em si mesma.

AUTOGESTÃO:

é, ao mesmo tempo, o processo e o resultado da organização independente que os coletivos se dão para gerenciar sua vida. As comunidades instituem-se, organizam-se e se estabelecem de maneiras livres e originais, dando-se os dispositivos* necessários para gerenciar suas condições e nós de existência. Todo processo instituinte*-organizante* implica uma certa divisão técnica do trabalho, assim como alguma especialização nas operações de planejamento, decisão

e execução. Essas diferenças podem implicar hierarquias, mas as mesmas não envolvem escalas de poder. Os conhecimentos essenciais são compartilhados e as decisões importantes tomadas coletivamente. As hierarquias correspondem a diferenças de potência, peculiaridades e capacidades produtivas que visam sempre ser funcionais para a vontade comunitária.

-CRACIAS: ARISTOCRACIA, BUROCRACIA, LOGOCRACIA, SEXOCRACIA, TEOCRACIA, TECNOCRACIA:

optamos por agrupar e tratar em conjunto estes termos porque, com a finalidade de explicitar seu interesse para o Institucionalismo, esta abordagem permitirá resumir a exposição. O sufixo *cracia* significa governo de ou poder de: *aristo* (elite supostamente integrada pelos melhores membros de uma sociedade, cuja condição de superioridade está dada por uma linhagem hereditária); *buro* (categoria ou classe que se ocupa da administração, com frequência supostamente "científica" das organizações); *tecno* (categoria ou classe que detém e exercita um saber habitualmente de cunho científico); *pluto* (alude a classes ou grupos economicamente opulentos); *logo* (alude aos possuidores da razão como saber discursivo); *sexo* (alude a uma definição sexual em detrimento das outras); e *teo* (alude aos supostos representantes da clividade ou à divindade mesma, "encarnada" em um indivíduo ou grupo). Aqui vale acrescentar a palavra "nepotismo", em que *nepo*, em sentido restrito, alude

aos filhos naturais dos Papas, eufemisticamente denominados "sobrinhos". Em sua acepção ampla, refere-se à designação de parentes de um governante para cargos oficiais.

Para o Institucionalismo, que postula o autogoverno dos coletivos (sistema que só admite lideranças provisórias baseadas no afeto, prestígio e exemplaridade), nenhuma dessas condições e seus respectivos governos são aceitáveis, configurando vícios de condução que são, por sua vez, causa e efeito da impossibilidade ou incapacidade para uma democracia autogestiva.

EFEITO QUENTE-FRIO:

é óbvio que a história das sociedades mostra períodos de estabilidade e "congelamento" da ordem constituída, assim como outros de agitação, mobilização e grandes transformações. Alguns antropólogos pretenderam, erroneamente, que as sociedades chamadas primitivas, por oposição às modernas, seriam "estáticas", quer dizer, que careceriam de história. O Institucionalismo sustenta que é nos períodos "frios" da história que se consolida a produção do conhecimento social científico, e, portanto, o não-saber de uma sociedade acerca de suas capacidades instituintes e a "naturalização" de seus instituídos*. Em outras palavras: a separação entre a "consciência ingênua" e o "saber científico". Nessas fases, a análise e as intervenções institucionais só podem ser contratadas e circunscritas. Já nas etapas "quentes", em que todo o saber social está em

ebulição, ocorre o contrário: as experiências sociais se multiplicam, as informações circulam por fora dos canais formais e criam-se condições para a apropriação crítica por parte dos coletivos do saber acadêmico. Também se afirma a verdade dos saberes espontâneos e a vontade de aplicar de imediato todo o apreendido na ação instituinte. Quer dizer: geram-se processos de auto análise* e autogestão* espontâneos e generalizados.

IMANÊNCIA:

para alguns filósofos, este termo designa a interioridade de um ser ao ser de outro. Opõe-se à transcendência. Para o Institucionalismo, expressa a não-separação entre os processos econômicos, políticos, culturais (sociais em sentido amplo), os naturais e os desejantes. Todos eles são inerentes, intrínsecos e só separáveis com finalidades semânticas ou pedagógicas.

INSTITUIÇÃO:

são árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido e o que é indiferente. Segundo seu grau de objetivação e formalização, podem estar expressas em leis* (princípios-fundamentos), normas ou hábitos. Toda instituição compreende um movimento que a gera: o instituinte*; um resultado: o instituído*; e um processo: da institucionalização. Exemplos de instituições são: a linguagem, as relações de parentesco, a divisão social do trabalho*, a religião, a justiça, o dinheiro, as forças armadas etc. Um conglomerado

importante de instituições é, por exemplo, o Estado*. Para realizar concretamente sua função regulamentadora, as instituições materializam-se em organizações* e estabelecimentos. As origens das instituições são difíceis de determinar. Pode-se falar de quatro instituições "fundantes" das sociedades humanas (ver sociedade*).

INSTITUÍDO:

ao resultado da ação instituinte* denomina-se instituído. Quando esse efeito foi produzido pela primeira vez, diz-se que se fundou uma instituição. O instituído cumpre um papel histórico importante porque vigora para ordenar as atividades sociais essenciais para a vida coletiva. Para que os instituídos sejam eficientes, devem permanecer abertos às transformações com que o instituinte* acompanha o devir social. Contudo, o instituído tem uma tendência a permanecer estático e imutável, conservando *de juri* estados já transformados *de facto* e tornando-se assim resistente e conservador.

INSTITUINTE:

é o processo mobilizado por forças produtivo-desejante -revolucionárias que tende a fundar instituições ou a transformá-las, como parte do devir das potências e materialidades sociais. No transcurso do funcionamento do processo de institucionalização, o instituinte inventa instituídos* e logo os metamorfoseia ou cancela, de acordo com as exigências do devir social. Para operar concretamente, o processo de institucionalização deve ser acompanhado de outros organizantes* que se materializam em organizações*.

Os dinamismos instituintes e organizantes* são orientados pelas Utopias Ativas*.

MOVIMENTO INSTITUCIONALISTA:

conjunto não totalizável de escolas e correntes cujas diversas tendências subscrevem alguns objetivos comuns, entre os quais os mais compartilhados consistem em propiciar nos coletivos processos de auto-análise* e autogestão*. Essas orientações se diferenciam entre si por suas teorias, métodos, técnicas, estratégias e táticas de leitura e de intervenção, assim como pelo alcance dos objetivos que se propõem. Assim configuram uma escala que vai desde o reformismo ao maximalismo.

ORGANIZAÇÕES:

são as formas materiais nas quais as instituições* se realizam ou "encarnam". De acordo com sua dimensão, vão desde um grau complexo organizacional, como um ministério, até um pequeno estabelecimento escolar. Na terminologia da Esquiza-análise, correspondem às grandes formas molares da superfície de registro.

PODER:

embora no Institucionalismo o termo "poder" não seja empregado com significações unívocas, em geral ele se aplica a uma gama de recursos diversos com grau de violência crescente, destinados a impor a vontade de um segmento social sobre os outros ou sobre a sociedade em seu conjunto. Michel Foucault insistiu na idéia de que o poder não se possui ou se detém, mas que se exercita, e não apenas em um sentido restritivo (de coação ou proibição), mas também em um sentido

positivo de orientação: o poder incita, provoca, convoca, ativa etc.

SUBJETIVAÇÃO (PRODUÇÃO DE):

Como dizíamos a respeito da produção de subjetividade*, para algumas orientações do Institucionalismo não existe uma essência ou estrutura invariável, ubíqua e universal do sujeito filosófico, social ou psíquico. Do mesmo modo que não existe uma imagem do homem idêntica a si mesma em qualquer sociedade, momento histórico, classe social, raça etc. Inclusive, o modelo científico que temos no Ocidente como universal, invariável e ubíquo é produto de um processo de produção complexo e de longa duração que culmina no que certos historiadores denominam ilustrativamente como "a formação do homem íntimo".

Há, sim, por contraposição ao processo de produção de subjetividade uniforme, sujeitada e submetida, infinitos e heterogêneos processos de produção de subjetivação livre, produtiva, desejante, revolucionária. Esses são absolutamente contingentes, próprios de cada momento, lugar e conjuntura, e geram sujeitos singulares nas margens de cada acontecimento*. O Institucionalismo pretende propiciar, através da análise e da intervenção, a montagem de dispositivos* capazes de gerar acontecimentos * e, junto com eles, os modos de subjetivação que os mesmos precisam.

SUBJETIVIDADE (PRODUÇÃO DE):

muitas correntes filosóficas e psicológicas (entre elas, a Psicanálise), sustentam que existe uma forma universal e invariável de constituição, composição, transformação, reprodução e extinção do sujeito (tanto daquele da reflexão filosófica como o do psiquismo). O que varia em cada sujeito seriam os conteúdos (representações e modalidades de configuração dos fantasmas ou função dos mecanismos): nisso radicaria a singularidade de um sujeito. Algumas correntes institucionalistas compartilham essa concepção (Sociopsicanálise, por exemplo). Para outros Institucionalistas, não existe um sujeito com uma estrutura universal e com variações apenas de desenvolvimento, conteúdo ou estilo. O que existem são processos de produção de subjetividade pelos quais as sociedades tendem a reproduzir sujeitos idênticos ou similares, segundo os padrões dominantes do grupo ou classe de que se trate e de acordo com os moldes do instituído*- organizado*-estabelecido.